

EXPLANAÇÕES SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE SALVATERRA, ILHA DO MARAJÓ- PARÁ

Renan Nogueira do Nascimento¹
Universidade Federal do Pará - UFPA

Resumo: O presente artigo propõe a discussão sobre Turismo de Base Comunitária, no município de Salvaterra mais precisamente na comunidade quilombola de Bacabal, Ilha do Marajó-Pa. Não se faz ao acaso a escolha deste município, pois foi inserido pela Companhia Paraense de Turismo (Paratur), como potencial turístico. Baseado na visão de turismo como fenômeno social e econômico, pretende-se saber como a atividade relaciona-se com o cidadão local. Para isso buscou-se observar in loco o que de fato acontece no lugar no que tange ao turismo e atores envolvidos.

Palavras-chave: Marajó; Salvaterra; Desenvolvimento; Turismo de base Comunitária

1. INTRODUÇÃO

Pensa-se o Marajó e mais especificamente o município de Salvaterra com grande potencial turístico, porém quem visita a ilha se depara com dificuldades infra-estruturais que dificultam a viabilização do turismo nessa região. A atividade ainda não conseguiu atingir os resultados esperados como a melhoria significativa da economia local, e o aumento da demanda de pessoas principalmente na época de alta estação acarretam em transtornos para a população residente.

O trabalho tem como objetivo geral: Explicações sobre o turismo de base comunitária no município de Salvaterra, Ilha do Marajó-Pa.

Objetivos específicos:

- a) Abordagem a respeito de bases teórico-conceituais do turismo comunitário;
- b) Há inserção da comunidade quilombola de bacabal na atividade turística de salvaterra;

¹ Aluno da graduação em Turismo da UFPA- Universidade Federal do Pará. Bolsista da iniciação científica PIBOP/UFPA. Participante do Grupo Geografia do Turismo-GGEOTUR. <renannogue@hotmail.com>

A atividade turística, enquanto uma atividade sócio-econômica e espacial tem a possibilidade de criar e recriar espaços de acordo com interesses de agentes envolvidos nesse processo. Juntamente com esse movimento, o Estado, entendido enquanto um agente fomentador do turismo cria mecanismos de controle e gerenciamento da atividade a fim de potencializá-la com o intuito de promover sua expansão econômica pelos espaços.

Indicadores apontam para as condições de pobreza e exclusão social das comunidades locais frente às ofertas de oportunidades de participação no planejamento territorial voltado para o turismo e de inserção em práticas locais das ações turísticas para além de mão-de-obra barata por ser tida como desqualificada. De fato, são inúmeras as comunidades amazônidas, que apesar de habitarem territórios que são apropriados para as práticas turísticas, continuam à margem dos processos e práticas deste setor, e quando absorvidos, sem qualificação, ou, ainda, mesmo qualificados no contexto de suas culturas e saberes locais, não sabem o que fazer diante dos valores externos voltados para o mercado.

Métodos:

1- Levantamento e análise bibliográfico sobre o município de Salvaterra, Ilha do Marajó o turismo de base comunitária;

2- Realização de entrevistas semi-estruturadas com os agentes ordenadores do território voltados para o turismo, com representantes de comunidades locais, cujas perguntas serão elaboradas com base no problema da pesquisa e os objetivos que se quer alcançar;

3- Observações sistemáticas in loco da área de estudo

Procedimentos Metodológicos:

1-Levantamento e análise bibliográfica e documental Pesquisas sobre turismo de base comunitária e histórico do município;

Elaboração de roteiro de entrevista

2-Elaboração do roteiro será feita com base no levantamento bibliográfico e análise documental;

3- Aplicação de entrevistas semi-estruturadas, As entrevistas semi-estruturadas serão realizadas com os agentes ordenadores do território voltados para o turismo e representantes da comunidade local.

2. BASE TEÓRICA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

2.1. ORIGEM E CARACTERÍSTICAS TURISMO DO BASE COMUNITÁRIA

A década de 1980 foi marcante a respeito da articulação entre promoção do turismo e a forma como estava ocorrendo a relação homem x natureza, principalmente em função da pressão exercida pela força dos movimentos ambientalistas e pelo fato do Brasil no início da década de 1990 sediar uma conferência internacional sobre o meio ambiente, a ECO 92, dando enorme fôlego aos debates relacionados com o meio ambiente. A partir desse momento O Turismo de Base Comunitária (TBC), começou a surgir nesse cenário como uma nova modalidade de turismo, para contrapor o turismo de massa, tendo como proposta mostrar aos turistas que a forma como estava acontecendo a prática turística, baseada no modelo urbano-globalizado e pós-industrial é altamente nocivo, tanto ao meio ambiente quanto sociedades receptoras. Pois, ao mesmo tempo em que o turismo é gerador de divisas, traz grandes problemas a nível local se mal planejado, portanto deixando de ser rentável.

O TBC é sustentado no princípio da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional e ajudam a explicar a sua origem. Pois este modelo de turismo pretende inserir as populações tradicionais, os trabalhadores rurais, os pescadores, os representantes das culturas indígenas, como os principais protagonistas dos empreendimentos. De forma que os princípios não buscam o lucro máximo, mas visam salvaguardar primeiramente os seus direitos como cidadãos e sua ancestralidade (BARRETO FILHO, Luís E., 2009, p.6). Além de pretenderem garantir a posse da terra pelas comunidades tradicionais e o modo de utilização da terra menos degradante.

Maldonado (2009, p. 31) compreende Turismo Comunitário como:

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

Podemos observar que uma das premissas do TBC é o que Heidegger (1959 apud BARTHOLO, 2009, p. 46) chama de “encontro face a face”, ou seja, o encontro deverá proporcionar tanto as trocas materiais, quanto as trocas imateriais. De modo a criar uma relação harmônica entre visitante e visitado para evoluírem em nível de pensamento.

Um fator de grande relevância encontrado em cada um dos empreendimentos comunitários é a diversidade existente, pois tem de levar-se em conta suas histórias, lugares e

personagens, para que dessa forma cada uma das iniciativas autoproclamadas “comunitárias” sejam únicas. Assim, cada comunidade apresentará ao seu cliente um diferencial em relação as demais, podendo ocasionar no aumento de opções desse nicho e um posterior da qualidade desses empreendimentos.

A relação posse da terra e preservação cultural é de grande valia nessas comunidades, pois elas sofrem fortes pressões por parte de especuladores, como o agronegócio, mineradoras e as grandes empresas do setor turístico. Os detentores do poder econômico são os maiores interessados em suas terras, pois elas ainda guardam grandes riquezas como, fontes minerais (metais de valor), vegetais (madeiras de lei), biológicas e localizações favoráveis para o turismo ainda pouco exploradas. Esse é o grande motivador que aguça a cobiça das empresas a voltarem seus olhares para esses lugares. E, no momento que comunidades tradicionais começam a sofrer a ação dessas forças exógenas altamente destruidoras, corre-se o sério risco da perda da identidade pelos indivíduos que compõe essas comunidades, principalmente em relação ao estilo e qualidade de vida que levam e ao meio ambiente.

As Organizações Não Governamentais (ONG's) e setores acadêmicos, tem sido de grande valia, pois vêm nas comunidades as verdadeiras donas do patrimônio e sabem que são os mais preocupados com a aproximação dos grandes empreendimentos em suas áreas. As ONG's também auxiliam no intercâmbio entre as comunidades e as populações do meio externo, ajudando na qualificação e divulgação dos pequenos empreendimentos além de conhecerem as dificuldades das comunidades em relação ao acesso as políticas públicas (MORAES, 2002, p.107).

Retomando os princípios que sustentam o TBC, “o primeiro fator refere-se às **pressões mundiais do mercado turístico**, cujas correntes mais dinâmicas são o turismo cultural e o turismo de natureza” (Maldonado 2009, p. 26, grifo do autor).

Na realidade o que se tenta atingir é um tipo de turista que não segue o padrão imposto pelo trade turístico, principalmente das agências de viagem. Busca-se vender a esse turista, experiências inovadoras e enriquecedoras, de forma que ele consiga ir ao encontro de raízes perdidas, ele pode ser um descendente das etnias que habitavam o lugar ou um visitante sem qualquer ligação étnica com os moradores locais, mas grande interessado por outras formas de cultura. Como esse público não é a maioria, as comunidades sofrem pressões sobre o seu patrimônio natural e cultural, para que se abram para o grande mercado (MALDONADO, 2009, p.26).

O segundo setor explicativo para Maldonado (2009, p. 26) “deriva-se das necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades que buscam superar uma situação de pobreza crônica”.

A incidência da pobreza é alta em áreas rurais e agrava-se mais nos povos tradicionais, pois os impactos sócio-ambientais afetam diretamente o seu modo de produção, geralmente baseado no modelo comunal da terra e de uso de fontes renováveis e potáveis para produção e consumo, como a água, por exemplo. Devido ao cenário enfrentado pelas comunidades, buscou-se modelos alternativos para adquirir renda frente aos recursos e resultados limitados. Implementando as atividades não-agrícolas com nova dinamização como: a pequena agroindústria doméstica, o turismo e os ecomercados, tendo estes grande potencial, porém ainda pouco aproveitado. Sabemos que essas atividades não trarão o fim de seus problemas socioeconômicos, mas darão grande visibilidade e ajudarão na valorização de seu patrimônio ambiental e cultural, adquirindo vantagem no momento de competir com outros modelos do mesmo segmento (MALDONADO, 2009, p.27).

O terceiro ponto segundo Maldonado (2009, p. 27) “é o papel relevante que desempenham as pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional”.

As pequenas empresas conseguem melhor resultado na prestação de serviço personalizado, pois o tamanho de suas operações é numa escala bem menor se comparado com as grandes empresas do ramo. Outro fator de grande contribuição é a sua disseminação ao longo de todo o país, formando uma rede de pequenos negócios e dessa forma atingem com maior eficácia as economias locais. Porém se essas empresas conseguirem rápida ascensão no mercado, podem futuramente deteriorar os seus recursos naturais e criar forte concorrência entre as demais empresas, diminuindo o tempo de vida turística para o lugar (MALDONADO, 2009, p.27).

Para evitar o rápido desaparecimento desses pequenos empreendimentos a alternativa mais viável é o cooperativismo². Pois desta forma a comunidade terá maior controle sobre os recursos tanto financeiros quanto de seus recursos naturais de modo a evitar a exaustão do mesmo.

O quarto ponto são “**as estratégias políticas do movimento indígena e rural** da região para preservar seus territórios ancestrais – parte essencial do seu patrimônio e base

² Organização autônoma, de ajuda mútua, controlada pelos seus membros. Ao firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorram ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL ACI 2004 apud CANÇADO 2004).

material de sua cultura – na ótica de incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade” (Maldonado 2009, p. 27, grifo o autor).

O que essas comunidades mais temem é que após sua incorporação pela globalização, percam sua autonomia e tornem-se dependentes de recursos externos. E o surgimento dessa situação poderá acarretar em impactos negativos como: perda da identidade local, esfacelamento de suas terras e aumento dos problemas socioambientais advindos do turismo aliado a outras atividades que poderão vir junto a essa atividade. Principalmente porque os ditos planos de desenvolvimento, incentivado por vários governos impulsionam a colonização de áreas ainda não exploradas, e os maiores interessados são os grandes empresários (Maldonado 2009, p.28).

Então há o surgimento da patrimonialização. Esta tornou-se uma ferramenta importante, pois conserva símbolos e signos, sejam eles monumentos ou objetos aparentemente banais, cidades, sítios históricos, paisagens naturais, festas, ritmos, crenças, modos de fazer [...] seja um artesanato, um prato típico ou uma técnica construtiva. (JEUDY 2005 apud PAES, 2009, p.162). Vindo então a surgir o que Maldonado (2009, p. 29) chama de patrimônio comunitário:

é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza.

A partir de uma visão compartilhada dos valores patrimoniais comunitários, pode-se conseguir melhorar a auto-estima das comunidades através da inclusão do setor do turismo. Incorporando valores como capital social (MALDONADO, 2009), que designa o conjunto de valores, conhecimentos coletivos (ancestrais), técnicas de produção, formas de conduta e de organização, suscetíveis de gerar comportamentos de cooperação entre seus membros e eficiência no trabalho, com a finalidade de preservar a coesão social e garantir suficientes meios de vida para assegurar a sobrevivência do grupo como tal. E afirmação cultural, pois mostra o quanto é fantástica as formas culturais diferenciadas do modelo global e isso é o que aguça os vários viajantes e turistas (MALDONADO, 2009).

Percebendo essas situações deve-se questionar, qual a importância do TBC tanto para as comunidades quanto para o trade turístico?

Para as comunidades, será uma atividade que irá agregar valor em relação a renda, podendo ser um indutor de trocas culturais e de conhecimentos. Além de ser *uma das alternativas* para sua sobrevivência, ou seja, as comunidades não deverão ater-se apenas a

atividade turística esquecendo as demais em detrimento da mesma. O turismo também pode enaltecer a cultura local ajudando na auto-estima dessa população de modo a orgulhar-se de seus valores culturais.

O trade turístico deverá atuar como um parceiro, incentivando para que haja novos produtos formatados de forma a ampliar o leque de opções de turismo no lugar, criando uma via de mão dupla em que a própria comunidade e os empreendedores do turismo sejam beneficiados.

Podemos então observar que o TBC, apesar de ainda não ter sido difundido em pacotes turísticos de grandes agências, poderá se auto gerir, já que um de seus fundamentos principais é que as comunidades tornem-se as gestoras desses pequenos empreendimentos, de forma a zelarem pelos seus patrimônios naturais, culturais, o material e imaterial, agindo de forma consciente e mostrando para as sociedades que é possível implementar um turismo menos degradante com relação ao meio ambiente e as práticas socioculturais de cada lugar.

2.2. TURISMO E ESPAÇO

A atividade turística está constantemente incorporando novos espaços, territórios e paisagens que agucem os sentidos das pessoas, principalmente o visual, para determinado lugar. E para isso é importante observar a diferença entre estas categorias que permeiam essa atividade.

Segundo Cruz (2009, p.92), toda e qualquer relação humana se dá em determinado lugar no espaço, e no turismo não é diferente, pois este é uma prática social, além de ser uma prática econômica. Sendo portanto um vetor produtor de espaço.

A forma como o turismo produz seu espaço não é muito diferente das demais formas econômicas de apropriação deste elemento, pois na maioria dos casos já houve anteriormente um processo social e histórico de produção do mesmo (CRUZ, 2009, p. 93).

No momento em que o turismo se apresenta ao meio ao qual pretende inserir-se, primeiramente se coloca como uma prática social, pois geralmente é praticado por “desbravadores” que buscam experiências vivenciais e formas culturais diferenciadas do seu meio habitual, ou é revelado por pessoas que já tiveram certo contato anterior com o lugar visitado. O turismo ganha o seu viés econômico no local, a partir do momento que empreendedores vêem a possibilidade de gerar divisas, seja por suas características naturais ou culturais, que poderão aguçar a curiosidade de pessoas de centros emissores.

O homem produz e reproduz sua vida, ou seja, o simples fato do indivíduo viver já o torna produtor do espaço (LEFÈBVRE, 1960 apud CRUZ, 2009, p. 94). A partir dessa visão de Lefèbvre não podemos separar Homem e Espaço, pois estes possuem intensa ligação. O turismo massificado dos grandes empreendimentos amplifica as desigualdades, pois está diretamente ligado a Divisão Territorial do Trabalho (DTT). E este fator é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento (SMITH 1998 apud CRUZ, 2009, p 95).

No espaço está contida a paisagem, ela desvenda as formas constituintes do território e é um fator importante para incorporação de novos locais com potencial turístico, pois apresenta as peculiaridades relacionadas ao ambiente ao qual a nova atividade pretende se instalar. A forma do lugar é um meio de seduzir o possível consumidor, pois está intimamente ligado ao visual, provocando e instigando sensações ao observador. Para esse fato se tornar real a utilização do marketing turístico é o caminho pelo qual irá se traduzir a paisagem desejada, explorando fotos em folders e veículos de comunicação de massa, sobretudo na televisão. Dessa forma, mostra-se alguns objetos que sejam interessantes ao observador e esconde-se ou camufla outros para não quebrar a idealização criada pela propaganda (RODRIGUES, 1997, p. 72).

Após a instalação do *trade* turístico num lugar, percebemos que as pessoas da localidade ficam alijadas do processo da nova produção do espaço colocado pelo turismo. Como evidenciou-se anteriormente. Daí surge uma dúvida, o trade turístico vende espaços ou paisagens?

Nota-se que há maior enfoque da paisagem, pois quando nos sentimos atraído por conhecer um lugar o primeiro objeto com o qual nos deparamos é a paisagem, os atores locais geralmente estão em segundo plano, a não ser que estes sejam extremamente peculiares aos olhos de pessoas que estão acostumadas com o modelo de vida urbano globalizado, e o turismo o utilize como mais um meio de agregar valor ao seu produto.

A partir do momento que o turismo mais “organizado” se instala, muda-se toda a dinâmica de um meio de convivência, ou seja, a atividade turística irá reformular toda a forma do cotidiano de um determinado lugar, seja numa vila de pescadores, de comunidades agropastoris e demais comunidades que tenham práticas de vida diferenciadas do modelo urbano. A atividade turística pode causar impactos ao consumir paisagens (XAVIER, 2002, p. 74).

Essa situação pode recair em maior parte nas populações tradicionais³ e no meio ambiente, já que são os mais impactados pelo aumento da demanda de turistas. Como aponta Maldonado (2009, p. 33):

O turismo é uma atividade invasora e exigente; frequentemente geram graves efeitos negativos. Os estudos consultados advertem sobre os riscos que conduzem a criação de conflitos internos, a aceleração de uma aculturação dos jovens e enfraquecimento da coesão social. Isto ocorre quando a atividade turística não foi debatida e planejada suficientemente na comunidade, quando a sua gestão é deficiente e quando tenha subestimado o comportamento dos visitantes e das exigências das operadoras de turismo.

Em relação a DTT o que geralmente fica para as pessoas do local no que corresponde ao turismo são os trabalhos mais insalubres ou de baixa qualificação, e esse é um dos problemas enfrentados por essas pessoas, pois na maioria da vezes não são preparadas para trabalhar com a atividade turística.

Por isso ao tentar inserir as comunidades no ramo do turismo, é necessário tomar certos cuidados, pois nota-se que com a chegada do turismo ocorre gradualmente uma quebra no que diz respeito a sua identidade cultural. Para minimizar os efeitos apontados por Maldonado (2009), é importante que os gestores públicos estejam preocupados com questões como a educação e o patrimônio local. Mostrar ao povo local a importância de sua história para que o mesmo sinta-se pertencente do patrimônio do qual faz parte.

Esse modo utilizado pelo trade para “vender” lugares, poderia ser melhor aproveitado se, ao invés da venda de paisagens, vendessem espaços. Pois assim haveria a inserção dos atores locais e o TBC traz consigo essa forte temática, onde o produtor do espaço tem sua contribuição nos rumos do turismo local.

O espaço é fundamental no que diz respeito ao turismo e a atuação dos atores locais é imprescindível. Pois, como diz Santos (2008, p. 12):

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social (Santos 2008, p. 12, grifo do autor).

³ Grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável (Little, 2002, p. 17).

Portanto, vimos que as relações humanas e dinâmicas que ocorrem no espaço, são de caráter social. É nesse ambiente que os indivíduos aprendem as bases de uma dada cultura e como relacionar-se com os demais elementos que constituem esse espaço.

Isso é o que faz um indivíduo sentir-se próximo de um lugar, é onde ocorreu a sua história, onde aprendeu as primeiras técnicas para sobreviver naquele ambiente e é onde guarda boa parte de sua carga de carinho e afeto. O lugar é muito mais que o espaço físico, é onde projeta-se os modos de vida das relações que nele se dão.

Em um de seus trabalhos sobre a teoria dos sítios, Hassan Zaoual faz referência ao texto de Martin Heidegger *Unterwegs zur Sprache*, onde Bartholo (2009, p. 45, grifo do autor) afirma:

[...] O sítio reúne em si o mais elevado e o mais externo. O que é assim reunido penetra e perpassa todo o resto. Como lugar de recolhimento o sítio guarda e mantém em si o recolhido, mas não como num encapsulamento fechado, e sim de modo a animar e transparecer o recolhido, para deixá-lo em seu modo próprio de ser.

Segundo Zaoual (apud Bartholo, 2009, p. 51), as experiências vivenciadas pelos indivíduos de um sítio seriam guardadas numa espécie de “caixa-preta”, como abordado em Santos (2008) sobre o espaço, onde guarda todos os valores e vivências de um indivíduo em relação ao meio. Porém, no sítio incluiria também outras caixas que segundo Zaoual (2000) seria a “caixa conceitual”, esta abrangendo conhecimentos comuns empíricos e/ou teóricos, e ainda uma “caixa de ferramentas”, contendo seus modos de organização, seus modelos de comportamento e de ação, seu saber-fazer, suas técnicas etc.

Tendo em vista a teoria dos sítios de Zaoual (2000), podemos perceber que cada lugar molda o homem de acordo com as necessidades que seu meio lhe impõe, ou seja, cada ambiente poderá proporcionar ao homem um método peculiar de solucionar um dado problema relativamente comum a vários grupos humanos, de acordo com suas experiências praticadas no seu meio social.

Portanto o TBC é um meio pelo qual as comunidades poderão afirmar-se tanto espacialmente quanto culturalmente, de modo que muitos comunitários mostram-se acolhedores com pessoas que vem lhes visitar. Porém a venda de paisagens pelas empresas torna o turismo frio e consumista, criando dessa forma uma certa barreira entre os diferentes, gerando o afastamento e deixando de realizar o encontro face a face (HEIDEGGER *apud* BARTHULO, 2009, p.46), sendo que isso não deveria ocorrer em relação ao turismo.

3. PÓLO TURÍSTICO DO MARAJÓ E O MUNICÍPIO DE SALVATERRA: POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL NO A PARTIR DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

A seguir serão observados os fatos históricos que decorreram para ocupação do Marajó, além de mostrar o atual panorama em que se encontra a região e como essas questões influem na vida da população local afetando diretamente a atividade turística nesse lugar. Mais precisamente revelando os fatos para o município de Salvaterra.

3.1. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO MARAJÓ: OS PRIMEIROS HABITANTES

Os habitantes do Marajó são provenientes de tribos que se deslocaram da região dos Andes, devido intensas migrações em épocas distintas, tornou complexo o estudo a respeito da reconstituição lingüística das tribos dispersas. Mas trouxeram consigo certas habilidades artísticas em relação a cerâmica, que pode ser encontrado em vários sítios arqueológicos ao longo do rio Amazonas.

Hipóteses apontam que esses povos chegaram ao Marajó, provenientes do noroeste em relação a ilha, talvez fugindo de tribos guerreiras. Outras teriam vindo do oeste da América do Sul obrigados a descer os Andes expulsos por povos da região subandina, anteriores ao Império Inca (Miranda Neto 2005, p. 51).

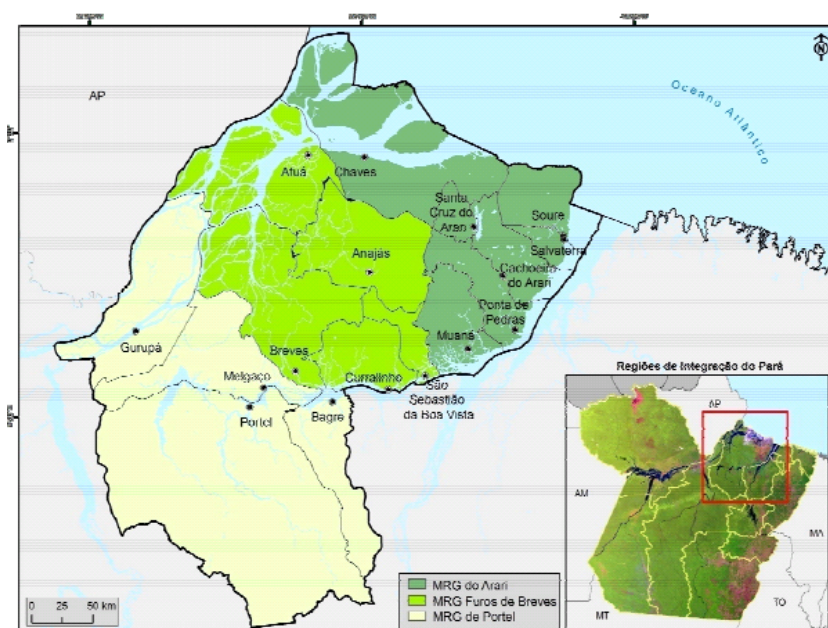
3.1.1. O ATUAL CONTEXTO DO MARAJÓ

A região do Marajó está situada no estado do Pará, um dos estados que compõe a Amazônia Legal⁴. A mesorregião do Marajó é composta por 16 municípios⁵ tanto do

⁴ Os estados que correspondem a Amazônia legal são: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44° de longitude oeste), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km² correspondente a cerca de 61% do território brasileiro.

⁵ Municípios por MRG do Marajó. MRG do Arari Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Soure. MRG Furos de Breves: Afuá, Anajás, Breves, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista. MRG de Portel: Bagre, Gurupá, Melgaço, Portel.

continente quanto do arquipélago. Sendo a mesorregião dividida em três microrregiões geográficas (MRG) que são: Arari, Furos de Breves e Portel. As duas primeiras compreendem municípios inseridos integralmente no Arquipélago do Marajó. Já a MRG de Portel abrange municípios com sedes em áreas continentais, na porção sul/sudoeste da mesorregião, o que dá uma área de 104.140 km² a essa mesorregião.



Fonte: GeoPARA, 2007.

Figura 1: Mesorregião do Marajó - Área de abrangência territorial do plano.

Tabela 1: Municípios inseridos na área do plano e respectivas extensões territoriais.

MUNICÍPIOS	ÁREA (Km ²)
MRG DO ARARI	28.950
CACHOEIRA DO ARARI	3.102
CHAVES	13.085
MUANÁ	3.766
PONTA DE PEDRAS	3.365
SALVATERRA	1.044
SANTA CRUZ DO ARARI	1.075
SOURE	3.513
MRG FUROS DE BREVES	30.094
AFUÁ	8.373
ANAJÁS	6.922
BREVES	9.550
CURRALINHO	3.617
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	1.632
MRG DE PORTEL	45.096
BAGRE	4.397
GURUPÁ	8.540
MELGAÇO	6.774
PORTEL	25.385
TOTAL GERAL	104.140

Fonte: IBGE, 2007

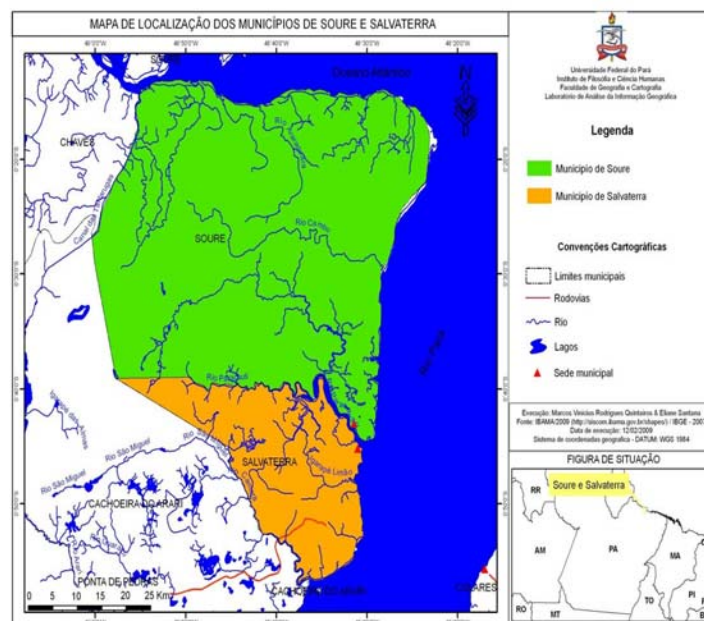
Figura 02: Municípios e microrregiões inseridos na área do Marajó

3.1.2. O ATUAL CONTEXTO DE SALVATERRA

O município de Salvaterra localiza-se na microrregião do Arari, com dimensão territorial de 804km², distante da capital Belém, 80km em linha reta. Possuindo os seguintes limites territoriais: ao Norte o Rio Paracauari, que o separa de Soure, ao Sul o município de Cachoeira do Arari, a Leste a Baía do Marajó e município de Cachoeira do Arari e a Oeste o município de Cachoeira do Arari.

Figura 03

Mapa de localização do município



Fonte: Marcos Quinteiros e Eliane Miranda, 2009

O acesso da capital Belém até Salvaterra dá-se por pelas vias aéreo, rodo-fluvial e fluvial. Sendo que o aéreo dá-se através de empresas de táxi-aéreo que operam no Aero Clube do Pará em sistema de frete. O rodo-fluvial, através de Balsas da empresa Arapari Navegação, partindo do distrito de Icoaraci em Belém. O fluvial em navios e lanchas das empresas Arapari Navegação e Banav, os mesmos partem do Terminal Hidroviário Galpão 10 da Companhia Docas do Pará em Belém. (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE SALVATERRA, p.16, 2007).

Na chegada aporta-se no porto de Camará, no município de Salvaterra, pode notar-se que a infra-estrutura do terminal hidroviário apresenta sinais de deterioração pelo tempo, também não se constatou nenhum posto de informações turísticas. No momento em que chegam os barcos no porto, observou-se haver apenas transporte de Camará para a sede Salvaterra, para o distrito de Joanes pertencente ao anterior e para o município de Soure cidade vizinha. Os veículos utilizados para transportar os passageiros variam de qualidade, alguns apresentam falta de manutenção adequada para transportar com conforto e segurança, na maioria das vezes partindo com lotação máxima. As vans mostram melhor qualidade algumas com ar-condicionado, o preço varia de acordo com as possibilidades financeiras do indivíduo. A estrada apresenta boas condições de trafego percorrendo-se, cerca de 24km, em estrada pavimentada até a sede do Município.

Segundo dados oficiais do IBGE (2007 apud INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE SALVATERRA, 2007, p.11) a população urbana residente em Salvaterra, totaliza 17.767 habitantes, sendo, 10.224 na zona urbana e 7.543 na zona rural, num total de 9.209 homens e 8.658 mulheres. A sede do Município possui sete bairros: Centro, Cajú, Marabá, Tartarugão, Tapera Campina, Rodovia e Bandeira.

No município há quatro vilas essas mais distantes da sede que são: Jobim na zona urbana contendo 1.032 habitantes e na zona rural 620 habitantes. Joanes zona urbana 746 hab. e na zona rural 847 hab. Monsarás zona urbana 283 hab. e zona rural 390 hab. Condeixa zona urbana 754 hab. zona rural 179 hab. (IBGE, 2007 apud INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE SALVATERRA, p. 11, 2007).

Na MRG do Arari encontra-se grandes campos naturais que são áreas destituídas de mata e que apresentam cobertura de gramíneas e outras herbáceas, além de árvores e palmeiras. Determinando a sua vocação para a pecuária e agricultura de subsistência, além da pesca artesanal, por isso essa é a região do Marajó com o maior rebanho de bubalino. Com o melhoramento da agricultura, a cultura do abacaxi tem grande destaque no município, o que ajuda a diversificar a economia local. E anualmente ocorre um evento especial que é o festival

do abacaxi com duração de dois dias ocorrendo durante o terceiro final de semana de julho, onde plantadores são chamados para reuniões com técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ), o órgão garante a segurança do consumo de produtos agropecuários, e posteriormente ocorrem os festejos com apresentações de grupos folclóricos.

A posse da terra advém do antigo sistema de sesmarias que visava o favorecimento dos colonizadores portugueses na área. E, atualmente, os grades latifundiários, em sua maioria descendentes de portugueses, são os maiores detentores de terra, enquanto que os peões e agregados são, em sua maioria, descendentes dos antigos escravos que povoaram a região. E observa-se que as pequenas comunidades rurais afastadas do centro tem sofrido coerções por parte de fazendeiros, muitas vezes impedindo-os o uso da terra para o plantio. A concentração fundiária é um dos fatores pelo qual não só o município, mas o Marajó como um todo mostra os mais baixos Índices de Desenvolvimento humano IDH)

Para o turismo Salvaterra é detentora de atrativos naturais como: praias, fazendas, campos, cenários ecológicos, o búfalo e a cultura do homem local que chama muito a atenção de quem visita a cidade, principalmente através de suas danças, lendas e o modo de ser do marajoara. Além de apresentar o Índio, Branco e Negro, originando o elemento étnico predominante da região que é o caboclo marajoara. Essa diversidade de elementos torna o município um grande pólo para o desenvolvimento turístico, e em estudos realizados pelo Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará (PDT-PA) no local constatou-se a grande vocação para desenvolver o turismo rural.

Porém o município ainda apresenta certas deficiências em relação ao abastecimento de água e luz, dificultando a prática da atividade turística. A distribuição da água da população urbana é a cargo da COSANPA, a precariedade da infra-estrutura ainda é um grande problema, pois não contempla o município como um todo, já que as comunidades mais distantes ainda sofrem com a má distribuição da rede de saneamento básico. A energia elétrica é gerada pela Usina Termoelétrica da empresa Guascor e é distribuída pela Rede Celpa, a oscilação de energia é muito grande e constantemente em muitos casos há a queima de aparelho eletroeletrônicos gerando prejuízos tanto para a população, quanto para o comércio. O que pode ser constatado na fala de um empresário local:

A nossa energia é péssima qualidade, ela oscila o dia inteiro tem picos de alta e de baixa que é o que queima os equipamentos. O que queima os equipamentos é a oscilação da potência que chega essa energia, a energia oscila o dia inteiro dioturnamente, falta luz [...] no ano passado nós perdemos 9 televisores, lâmpadas agente parou de contar, né? Que a cada apagão diário queima 10 lâmpadas, queimou uma central de

computadores, queimou uma central telefônica, queimou uma central de televisão, tudo em decorrência da energia elétrica. Então energia elétrica é péssima.

Podemos perceber que a baixa qualidade dos serviços públicos afetam diretamente o turismo, essa situação é constatada também com lixo produzido. A coleta de lixo é realizada diariamente no período da manhã e tarde por caçambas e carroças da Prefeitura. O lixo arrecadado é depositado num terreno às proximidades da estrada que dá acesso a Joanes distante da sede 25 km (Joanes é um dos principais pontos de visitação de turistas e lixão no caminho de acesso a esse distrito). Nas vilas de Joanes, Monsarás e Condeixa, o lixo, após a coleta é depositado em camburões localizados em pontos estratégicos da vila (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE SALVATERRA, 2007, p.23).

3.1.3. O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BACABAL

A comunidade de Bacabal localiza-se cerca de 9km da sede municipal,   de grande riqueza material no caso o ambiente onde vivem e imaterial como danças, ritos e sua história, pois foi reduto negro no período da coloniza o da Amazônia, já que muitos negros que fugiam das fazendas onde hoje é o município de Soure iam refugiar-se nos quilombos.

Atualmente a comunidade vive em desarmonia com um fazendeiro local que diz ser dono das terras onde moram estes comunitários, impedindo-os a prática da agricultura fundamental para sua sobrevivência.

Segundo pesquisas realizadas pelo CEDENPA (centro de estudos e defesa do negro do estado do Pará) e a UFPA (Universidade Federal do Pará), atestaram que os residentes dessa comunidade são remanescentes de quilombos. O resultado foi obtido através de pesquisas antropológicas do lugar e era o subsídio mais concreto que os moradores precisavam para manterem-se em suas terras. (Relato de Comunitário)

Nessa comunidade não há nenhuma a o efetiva do turismo, raramente aparecem visitantes no local, mas quando aparecem coincidentemente no horário em que os comunitários estão realizando atividades como a fabrica o da farinha de mandioca, naturalmente os turistas param para tirar fotos ou comprar algum produto que está sendo feito, ou seja, a atividade turística poderia ser mais um fator a favor da manuten o dos

comunitários no local e preservação de sua identidade, principalmente se houver o incremento dos princípios do TBC.

Os residentes gostariam que a comunidade fosse inserida na atividade turística, porque pensam que seria uma oportunidade de conseguirem melhor infra-estrutura como: saneamento, energia, um posto de saúde. Pois esses pontos são o que eles argumentam ser de maior carência, dessa forma o turismo poderia viabilizar a melhora estrutural na área.

Mas sabemos que o turismo como qualquer outra atividade econômica, pode acarretar em impactos sócio-ambientais de grandes proporções se mal planejado. Principalmente no contexto da globalização e do turismo de massa, onde os fluxos são repassados com grande velocidade. E num contexto onde há séculos as populações negras sofreram com a exclusão e com ações públicas incipientes que não atenderam de forma adequada a população mais carente, isso pode acirrar as diferenças entre comunitários e visitantes.

Como o turismo é uma atividade que necessita relacionar-se com o outro, para que hajam trocas de vivências, e assim motivar o deslocamento de um indivíduo de uma região para outra é necessário investimento em áreas importantes como educação, saúde e capacitação profissional. Mostrando para a comunidade o turismo como um meio e não o fim para solucionar os seus problemas, é importante que eles saibam que o incremento da nova atividade não poderá suplantará as antigas práticas como agricultura por exemplo, para que não ocorra a dependência exclusiva de uma forma econômica.

Nos últimos tempos com o melhoramento dos transportes, possibilitou-se o maior deslocamento em um tempo menor. Porém o aumento desordenado desse fluxo de pessoas pode acarretar na exaustão da capacidade de carga do ambiente, além de provocar transformações sócio-culturais. Problemas como a prostituição, tráfico de drogas, desapego aos valores locais, são situações corriqueiras em locais de grande demanda turística. E essa é uma das maiores preocupações dos comunitários, lidar com problemas que fazem parte do seu cotidiano.

Devido a essas questões advindas da atividade turística, um novo modelo de turismo vem sendo aprimorado, o Turismo de Base comunitária. Esse paradigma pautado nas concepções de sustentabilidade, vem a ser uma alternativa de renda para as pequenas comunidades. Porém, é importante ressaltar que elas precisam de parceiros para crescer sendo o meio acadêmico e o poder público os possíveis fomentadores dos projetos.

4. CONCLUSÃO

É importante percebermos que as medidas adotadas para o arquipélago do Marajó ainda não surtiram o efeito desejado, pois o homem local ainda não teve os seus anseios atendidos. Para que se tenha sucesso nessas práticas é importante incluir o homem local, torná-lo um verdadeiro cidadão, levando em consideração os seus conhecimentos empíricos a respeito do lugar onde vive, já que este melhor do que ninguém conhece as contradições e diversidades existentes em seu meio.

É preciso aproximar a população local dos planejamentos tornando-as realmente mais participativas, de modo que possam partir de uma visão endógena, ou seja, o homem da região mostrando onde o estado deve atuar para solucionar certos problemas crônicos que atingem a região, para que assim obtenha-se resultados satisfatórios para todos os meios sociais que compõe a população marajoara, sobretudo a do município de Salvaterra. O município apresenta grande potencial turístico, porém as medidas adotadas para a região não surtiram grande efeito, pois tanto a população local quanto o próprio poder público local ainda não despertaram para o turismo, para que possam trabalhar juntos e assim dinamizarem sua economia, para futuramente mudar o status de lugar com potencial turístico e tornar-se um município realmente turístico.

E o ponto mais importante ao que tange a implementação do TBC nas comunidades tradicionais, é que os projetos devem contar com o acompanhamento dos comunitários, pois estes são os verdadeiros donos do seu patrimônio, porque amam e demonstram o carinho pelo meio em que vivem, por mais que existam todas as contradições decorrentes de um determinado lugar. Também cabe a eles a decisão de querer ou não a inserção da comunidade no turismo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE VIAGENS BRASIL AZUL <<http://www.brasilazul.com.br/salvaterra.asp>>. Brasil, 2007. Acesso em: 16 out. 2009.

BARTHOLLO, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Brasil: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

BARTHOLLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Brasil: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

BRASIL. Grupo Executivo Interministerial Decreto de 26 de julho de 2006. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (2006)**.

BARRETO FILHO, Luis E. Apresentação. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Brasil: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009

BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Brasil: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009

CAÇADO, Airton C. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática**. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tdearquivos/10/TDE-2005-05-23T133306Z-53Publico/Airton%20Cardoso%20Cacado%20-%20dissertacao%20seg.pdf>>. Acesso em: 20/03/2010.

CRUZ, Rita. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Brasil: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Brasil: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

MIRANDA NETO, Manoel J. de. **Marajó: O Desafio da Amazônia**. Aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento. rev. e atual. Ed. EDUFPA, 2005.

PARÁ, Companhia Paraense de Turismo - Paratur. **Inventário da Oferta turística de Salvaterra**. 2007.

PARÁ. Grupo Executivo do Estado do Pará Decreto de 30 de julho de 2007. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (2006)**.

PARÁ. Agência de Defesa Agropecuária do Pará <<http://www.adepara.pa.gov.br/?q=node/38>>. Acesso em: 10/01/2010.

PARÁ. Orgão Oficial de Turismo Paratur. **Inventário da Oferta Turística**. 2007

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo - Paratur. 2007. Disponível em: <www.paratur.pa.gov.br>. Acesso em: 16 out. 2009.

PARÁ. Secretaria Especial de Produção. <<http://www.paraturismo.pa.gov.br/paratur/planodeturismo/portugues/Parte-I-Diagnostico.pdf>>. Acesso em: 20/02/2010.

PEDROSA, Dário. Disponível em <www.ssalvaterra.tur.br>. Pará, 2006 Acesso em: 16 out. 2009.

RODRIGUES, Adyr B. Natureza e método de análise do espaço do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e espaço: rumo ao conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

TRABALHO DE CAMPO, realizado entre os dia 23/02/2010 a 28/02/2010. Município de Salvaterra, Marajó-Pará

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

XAVIER, Herbe. Educação ambiental: caminho para a sustentabilidade ecológica no turismo. In: BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabete (Org.). **Redescobrimdo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Brasil: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.